

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ARTE
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

EDUARDO GLASSER DA MOTTA

**CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES LGBTs E SUA RELAÇÃO COM A
CULTURA DE CONSUMO E O CAPITALISMO**

Niterói

2015.2

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDUARDO GLASSER DA MOTTA

**CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES LGBTs E SUA RELAÇÃO COM A
CULTURA DE CONSUMO E O CAPITALISMO**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do grau
Bacharel em Produção Cultural.

ORIENTADORA: Professor Doutora Ana Lucia Enne

Niterói

2015.2



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato:
EDUARDO GLASSER DA MOTTA

Matrícula: 111.33.026

Título do Trabalho:
"CONFIGURAÇÕES DAS IDENTIDADES LGBT's E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA DO CONSUMO E O CAPITALISMO"

Orientador: **Dr^a. Ana Lucia Enne**

Categoria: **Monográfica**

Data da Apresentação: **31/03/2016**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dr^a. Ana Lucia Enne**

2º Membro: **Dr^a. Flávia Lages**

3º Membro: **Dr^a. Danielle Brasiliense**

AVALIAÇÃO: **APROVADO**

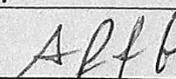
Análise / Comentário

A BANCA DESTACA A URGÊNCIA DE TRATAR O TEMA A PARTIR DESSE RELATO, INCLUSIVE ASSUMINDO A PAIXÃO PELA DISCUSSÃO, POSIÇÕES CRÍTICAS E INTERPRETAÇÕES OUVIDAS DE BIBLIOGRAFIA LÚGUBRA E DE DIFÍCIL LEITURA. DESTACA AINDA A RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DESSE TEMA E A EVIDENTE VOZÃO AUTÊNTICA DO ALUNO, SUGERINDO A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

10,0 (10/3)

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Ana Enne. Ela não desistiu de mim e me motivou. Sem ela o caminho seria muito mais difícil. Ana, você é especial para mim e sempre será uma grande referência!

Agradeço às amizades feitas ao longo da faculdade, em especial aos que compõem o grupo Armada Ana Enne e O Fim da Família Brasileira. Deste, destaco meu grande amigo Thiago, que me incentivou e me ajudou nesta jornada, lendo meus textos, dando pitacos, discutindo os caminhos a percorrer. Não esquecendo também da amizade da Carol “Ubatuba”, querida amiga que com sua alegria me cativou ao longo do curso.

Impossível não lembrar com alegria no coração do coletivo Nós Não Vamos Pagar Nada, minha primeira escola de militância, que me mostrou outra universidade e me trouxe lindas amizades. O RUA – Juventude Anticapitalista que me fez enxergar com outros olhos o potencial e as particularidades daquilo que deve ser a melhor e mais preciosa fase da vida: a juventude. E a Insurgência, tendência interna do PSOL, que me mostrou que a revolução será pintosa e babadeira ou não será!

Agradecimento especial a Marx. Tanto a Karl Marx, quanto a Marx Mascarenhas, ao qual nutro grande amor e admiração e que tem sido o companheiro de muitas jornadas neste último período.

Por fim, agradeço a minha família, que mesmo depois de cinco anos não entendendo o que é produção cultural, continua ao meu lado.

Numa revolução não se tira o copo fora. A revolução é Pura Tesão. O resto é silêncio e uma vida que se leva morrendo até uma morte-susto que não se vive. (DANIEL, 1999: 21)

RESUMO

Este trabalho discorre sobre como as identidades dos sujeitos LGBTs se comportam em uma sociedade capitalista marcada pelo consumo. Na contemporaneidade as identidades não são mais percebidas e vividas como fixas e acabadas, e sim como dinâmicas e em constante transformação. Assim, sofrem influência de diversas ordens, inclusive através do consumo. O capitalismo, na busca de sua manutenção, mantém ferramentas de poder de forma a controlar os sujeitos. Consegue com isso impor de forma violenta um rígido controle dos corpos, com grande tendência a padronizá-los. Corroboram com isso o Estado, a família tradicional burguesa, a igreja e diversas outras instituições presentes no nosso dia-a-dia. Este controle dos corpos castra a potencialidade de vida e performance, subalternizando as diversas possibilidades de gêneros e a livre vivência das sexualidades a um padrão heterossexual e cisgênero. As cidades também estão sujeitas ao controle social e acabam por se tornar um importante fator ao se pensar essas identidades. Os diferentes corpos que nela transitam a moldam e a modificam. E isso acontece de forma recíproca.

Palavras-chave: LGBTs; Consumo; Capitalismo.

ABSTRACT

This work discusses how LGBTs identities of the subjects behave in a capitalist society traced by consumption. The current identities are no longer fixed or finished. They are dynamic and remain in transformation. Therefore, undergo influence of several orders, including consumption. Capitalism, seeking maintenance, sustains power devices in order to control subjects. Thereby achieving a strict control of bodies by violently impose, with the great tendency to standardize, supported by the state, the traditional bourgeois family, the church and several others institutions in daily routine. This bodies control castrates the potentiality of life and performance, underling the varied possibilities of genres and the free experience of sexuality to a straight and cisgender pattern. The cities are also subject to social control and eventually become a significant factor when considering these identities. The different bodies that it carried over shape and changes the cities. And this become off reciprocally.

Key-words: LGBTs; Consumption; Capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Página 08
Capítulo 1: A configuração das identidades de gênero e o lugar das instituições no sistema capitalista em torno dessa questão	Página 11
Capítulo 2: A Relação Entre Corpos, Poder e Território	Página 21
Capítulo 3: A Inserção na Cidadania via Consumo	Página 33
Conclusão	Página 41
Bibliografia	Página 44
Anexo A – Autorização para Divulgação de Monografia	Página 46

INTRODUÇÃO

As representações identitárias LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, travestis e transgêneros) se formam e se transformam a partir de influências de diversas ordens. Neste trabalho iremos analisar de que forma a cultura de consumo e, de forma mais geral, o capitalismo, interferem nestas identidades e quais suas possíveis implicações.

Primeiro, precisamos entender o que é o “ser homossexual” e como o capitalismo vai interagir com essas identidades. Então, o que é homossexualidade? De acordo com Herbert Daniel,

“a homossexualidade não pode ser considerada uma “diferença sexual” (uma qualidade sexual), mas é fundamentalmente uma diferença social, uma variante do comportamento sexual, estabelecida como critério para definir uma categoria social (o homossexual)” (DANIEL, 1983: 13).

Ainda segundo ele

“Ao definir a homossexualidade como relação sexual entre indivíduos do “mesmo sexo”, estabelece-se, de fato, uma definição extremamente precária do sexo (...). Pode ser perigosamente mecânico definir o desejo a partir do objeto, ou da forma de realizar o ato. (...) O desejo homossexual (tanto quanto o desejo heterossexual) não caracteriza nem o conjunto do desejo, nem uma “entidade” do desejo. Nem caracteriza uma estrutura do indivíduo, nem qualidade imanente dessa pessoa. Se falarmos agora como é vivido sob a civilização capitalista, vemos um desejo homossexual transformado num *modo* da sexualidade” (*Idem*: 14).

Neste ponto surge o primeiro ponto relevante para o objetivo deste trabalho: o capitalismo opera de tal forma a transformar o entendimento do que é homossexualidade. Entendimento tanto de quem vive a homossexualidade, quanto para o Estado, o mercado e demais esferas de poder.

Herbert Daniel diz que o capitalismo vai institucionalizar as minorias na medida em que tenta controlá-las através da instrumentalização e especificação. É esta especificação que, no caso dos homossexuais, vai criar a diferença. E é esta diferença que vai colocar em ação a esfera do poder; a relação do corpo e poder.

A forma como cada um vai lidar com sua sexualidade (e sua homossexualidade) vai estar ligada a aspectos de sua vida, sua história pessoal, suas vivências. O ser homossexual

passa a ser uma ação política. Assim, a visão do corpo gera interpretação, que gera uma relação de poder. Mas que corpo é esse? Qual a relação do corpo com o território em que habita?

Usando conceitos da identidade, diferença e processos de distinção, a partir dos conceitos trabalhados por Tomaz Tadeu da Silva, conseguiremos entender como nossas identidades dependem do outro. As identidades são dinâmicas, não são mais percebidas e vividas como fixas, é preciso entender como elas vão se moldar. Ou como elas escapam em uma busca de fixação.

E se estamos falando de uma sociedade mergulhada no capitalismo, como o consumo cria esse processo de diferenciação? As roupas que as pessoas LGBTQs usam, os lugares que frequentam, as músicas que ouvem, as mídias que acessam. Todos estes comportamentos dizem muito sobre as pessoas. Mas o acesso a esses bens não se dá de forma igualitária.

Hoje o consumo é considerado por muitos como uma possibilidade de acesso aos seus direitos, fortalecendo a cidadania das pessoas. Esse pensamento, por vezes, é motivo de defesa da manutenção do capitalismo. Ao mesmo tempo, é um impulso para a guetificação e criação de nichos de mercado, enquadrando setores oprimidos enquanto público alvo e se apropriando dessas identidades. Mas, com esse poder de consumo se dando de forma diferente para pessoas diferentes, novamente temos uma diferenciação do acesso à cidadania por essa via.

Ainda que os estudos na área de gênero e sexualidade sejam crescentes, existe um grande vácuo que precisamos que se traga a luz. Entender nossa sociedade também passa pelo entendimento acerca das diferentes identidades que nela se relacionam. Como as pessoas LGBTQs, a partir de uma leitura onde transversalizemos as opressões (sexualidade, gênero, classe social, raça...), se comportam na cultura do consumo, especialmente no mercado voltado para este público específico?

É preciso inverter a lógica de poder que está dada. Precisamos nos empoderar de nossos corpos e identidades. Não é apenas aquilo que consumimos que deve nos dar a linha do pensar e agir. Precisamos entender que é apenas um, dos muitos aspectos. Mas até que ponto ele realmente interfere em nossas vidas?

As inquietações que a sociedade moderna nos trouxe e o avanço do capitalismo faz

nos perguntarmos qual o nosso papel, enquanto sujeitos, enquanto acadêmicos, enquanto militantes, nesta sociedade. Visto que os movimentos LGBTs em grande parte estão cooptados pelo governo, e deixaram de estar ao lado do oprimido, é preciso cada vez mais lutar por outros espaços de organização e de forma responsável apresentar alternativas.

Entender como se dão as relações entre o consumo e as identidades LGBTs é de grande importância para entendermos a forma como o mercado se apropria das nossas identidades e as molda, manipula, usa como moeda de troca. Visto o atual projeto de poder encabeçado por aqueles que sempre estiveram nas situações privilegiadas, - onde os direitos das pessoas LGBTs são barganhados, onde a todo instante vemos nossos direitos conquistados ameaçados -, é necessário entender como, em uma sociedade capitalista (onde as opressões, inclusive as de gênero e sexualidade, são usadas de forma a se ter um controle social), na qual se garante a permanência das classes dominantes em seus locais de poder, o acesso ao consumo vai propiciar ou não um status que lhe assegure sobrevivência ou ao menos garantias de direitos.

Para que alcancemos tais objetivos, deveremos entender como se dá a formação das identidades no mundo contemporâneo, o que é e como se dá a cultura do consumo e como tudo isso se enquadra nesta sociedade capitalista atual. Para isto, no primeiro capítulo vamos abordar a relação entre o capitalismo e as instituições que se atravessam, sob esse sistema econômico, visando sua manutenção, e como tais esferas se relacionam com os processos de configuração das identidades de gênero. A partir dessa reflexão, no capítulo 2 abordaremos as relações entre corpos, poder e território, enfatizando os processos de disputa e transformação. Por fim, no terceiro capítulo, relacionaremos os pontos destacados nos capítulos anteriores, em especial capitalismo, corpo e identidade LGBTs, para questionarmos qual o papel do consumo na configuração dessas identidades e sua relação com a construção da cidadania.

CAPÍTULO 1: A configuração das identidades de gênero e o lugar das instituições no sistema capitalista em torno dessa questão

Para compreendermos o processo de diferenciação das pessoas LGBTs enquanto recorte deste estudo, primeiro precisamos saber quem são essas pessoas e como se dão as suas múltiplas formações identitárias. Logo, é necessário entender como o conceito de identidade será aqui trabalhado.

Tomaz Tadeu da Silva, no livro *Identidade e Diferença*, define:

“A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2009: 97).

O primeiro ponto a ser ressaltado aqui é que as identidades são dinâmicas e fluidas. Elas estão em constante processo de mudança. Não existe a rigidez que se busca quando se estabelece uma dicotomia, uma oposição binária de ser ou não ser tal coisa. Kathryn Woodward recorre a Stuart Hall e Jacques Derrida: “embora seja construído por meio da diferença, o significado não é fixo (...). O significado é sempre diferido ou adiado; ele não é completamente fixo ou completo, de forma que sempre existe algum deslizamento” (WOODWARD, 2009: 29).

Ao apontarmos para a fluidez das identidades, não podemos supor artificialidade. O processo dinâmico desta construção parte de mecanismos concretos que tendem à fixação e estabilização, por um lado, e à subversão e desestabilização, de outro. Hall argumenta que “tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade” (HALL, 2009: 84).

Ainda segundo ele,

“as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca,

singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (*Idem*, 108).

Woodward afirma ainda que identidades são criadas por demarcações de diferenças que se dão a partir de sistemas de símbolos ou de exclusão social. Para ela,

“a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles; eu” (WOODWARD, 2009: 40).

No campo dos estudos identitários devemos ainda considerar que a nossa história, nossa biografia, não é simplesmente feita da sucessão de acontecimentos que juntos geram sentido, ou seja, eles podem ser conflitantes entre si e, portanto podem ser contraditórios.

A institucionalização da nossa vida começa, segundo Pierre Bourdieu, na atribuição do nome próprio ao indivíduo biológico. É a nomeação do ser que lhe permitirá unir em seu entorno a sucessão de acontecimentos que lhe garantirá o andar da história da sua vida, sendo suporte do estado civil, lhe assegurando nacionalidade, idade, gênero...

"Assim o nome próprio é o suporte (somos tentados a dizer a substância) daquilo que chamamos de estado civil, isto é, desse conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc.) ligadas a pessoas às quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que instituem, sob a aparência de constatá-las, as certidões de estado civil. Produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social, ele é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social: essas certidões (em geral públicas e solenes) de atribuição, produzidas sob o controle e com a garantia do Estado, também são designações rígidas, isto é, válidas para todos os mundos possíveis, que desenvolvem uma verdadeira descrição oficial dessa espécie de essência social, transcendente às flutuações históricas, que a ordem social institui através do nome próprio (BOURDIEU, 2006: 188)".

A construção do corpo enquanto narrativa própria vai esbarrar na regulamentação e controle do Estado e da sociedade, que tendem à normatização. Decorre daí o conflito entre nome de registro e atribuição de gênero ao indivíduo logo ao nascer e a dificuldade de mudança de nome ao longo da vida. É a disputa entre a vida privada versus vida pública.

Ao entender que as identidades são construções simbólicas e sociais, é possível compreender que estamos sujeitos a todo tipo de interferência nesta construção. Interferências dos nossos meios, seja de forma local, seja de forma global, através do capitalismo, que, na sua fase mais recente, cria “convergência de culturas e estilos de vida nas sociedades que, ao redor do mundo, são expostas ao seu impacto” (ROBINS, 1991: 21). Completa o autor:

“A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições identitárias” (*Idem*, 21).

Assim, a nível local as resistências às novas formações identitárias se darão em maior ou menor grau de acordo com a assimilação e sentimento de pertencimento a determinadas culturas. Porém elas não são necessariamente destoantes entre si e podem caminhar juntas.

“As mudanças globais da economia como, por exemplo, as transformações nos padrões de produção e de consumo e o deslocamento do investimento das indústrias de manufatura para o setor de serviços têm impacto local. Mudanças na estrutura de classe social constituem uma característica dessas mudanças globais e locais” (*Idem*, 29).

Aqui podemos ainda considerar muitos outros aspectos que são determinantes para a formação identitária, para além da estrutura de classe social. As representações de sistemas simbólicos são parte do processo de identificação. Os símbolos aos quais as pessoas estão associadas produzem significado. São parte fundamental da leitura que fazemos de determinadas pessoas ou grupos (seja étnico, sexual, de gênero, religioso, entre outros). Para Tomaz Tadeu da Silva, “um artefato cultural (...) tem um efeito sobre a regulação da vida social, por meio das formas pelas quais ele é representado, sobre as identidades com ele associadas e sobre a articulação de sua produção e de seu consumo” (SILVA, 2009:16).

A partir daqui, voltaremos nosso foco às identidades LGBTs. Antes, é preciso fazer algumas considerações sobre este termo. Existem diversas convenções sobre como nomear esta parcela da sociedade. Ao usar o termo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans*), estamos ignorando as demais identidades de sexualidade e expressão de gênero. O propósito não é este, e sim facilitar a leitura do trabalho. Compreendemos também que alguns conceitos aqui usados são específicos para identidades sexuais (lésbicas, gays, bissexuais, entre outras) e outros a expressões de gênero (feminina, masculina, travestis, identidades não binárias).

Precisamos entender então o que são estes elementos constitutivos das identidades: sexo, gênero e sexualidade. De forma objetiva, o sexo se refere à genitália que possuímos: vagina, pênis, ou, no caso das pessoas não binárias, ambas ou nenhuma. O sexo da pessoa não determina seu gênero. “Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo (Butler, 2014: 163).” Gênero refere-se à performance do sujeito perante a sociedade: masculino, feminino e gêneros não binários, como as travestis. Já a identidade sexual está ligada à parte do desejo: heterossexualidade, homossexualidade (lésbicas, gays, bissexuais...), assexualidade, entre outras.

Herbert Daniel problematiza a questão das identidades sexuais. Para ele, a caracterização do homossexual vai além do simples desejo.

“Ao definir a homossexualidade como relação sexual entre indivíduos do ‘mesmo sexo’, estabelece-se, de fato, uma definição extremamente precária do sexo (...). Pode ser perigosamente mecânico definir o desejo a partir do objeto, ou da forma de realizar o ato. (...) O desejo homossexual (tanto quanto o desejo heterossexual) não caracteriza nem o conjunto do desejo, nem uma ‘entidade’ do desejo. Nem caracteriza uma estrutura do indivíduo, nem qualidade imanente dessa pessoa. Se falarmos agora como é vivido sob a civilização capitalista, vemos um desejo homossexual transformado num *modo* da sexualidade” (DANIEL, 1983: 19).

Estes conceitos estão em constantes disputas na nossa sociedade, que tem a tendência de estabilizar o que é considerado padrão e invisibilizar os demais sujeitos e identidades, que estão cada vez mais emergindo e questionando estas normas. A este movimento estabilizador damos o nome de heteronormatividade.

Nesta sociedade heteronormativa, a única materialidade sexual permitida é a de macho e fêmea, logo só existem duas verdades sobre os gêneros, o masculino e o feminino. E apenas um desejo sexual, o heterossexual. Esses três aspectos são chamados por Judith Butler de ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. É então necessário subverter e desmontar essa obrigatoriedade.

“No âmbito do contrato contrassexual os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e

jurídicos de suas práticas significantes. (PRECIADO *apud* blog Territórios de Filosofia)¹”

Assim, o papel de gênero, que traz em si vários significantes, é colocado em jogo. As identidades não podem ser mais fixadas a uma matriz heterossexual e seus dois sexos fixos e coerentes. Esta estabilidade está em disputa e, na contemporaneidade, já não é mais possível mantermos o binarismo ocidental de macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino, pênis x vagina.

Este processo de naturalização das identidades é contínuo e historicamente construído, onde homens e mulheres assumem, não necessariamente de forma proposital, seu papel de gênero. Nesta lógica normativa, mulheres são construídas como sendo dóceis e delicadas, seu espaço de atuação, neste sentido, é o lar. O homem, por sua vez, assumiria os papéis públicos, porque seria mais forte e emocionalmente estável. Para Adriano Senkevics, essa manutenção se dá

“pela repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. Trata-se, portanto, de uma questão de *performatividade*. Para Butler, gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados” (SENKEVIS *apud* Blog Ensaios de Gênero).²

Butler recorre a Jacques Derrida e John Langshaw Austin, e nos traz a ideia de que os gêneros são performativos,

“de modo que a performatividade não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição” (Butler, 2002:34).

Como já dito, estes padrões performáticos vão se dar a partir da repetição de normas até que sejam naturalizadas e se cristalizem. “Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2014:200). Sujeitos que fogem da construção de identidade normativa são vistos como “anormais”, são excluídos e têm sua legitimidade posta em dúvida.

¹ Referência *in* Blog Territórios de Filosofia, consultado em 17 de março de 2016 (<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/05/05/o-que-e-a-contrassexualidade-paul-beatriz-preciano/>).

² Referência *in* Blog Ensaios de Gênero, consultado em 02 de dezembro de 2015 (<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade/>).

Ao pensar estes padrões performáticos, logo caímos no binarismo de gênero, ou seja, pensar os/as sujeitos/sujeitas enquanto homens ou enquanto mulheres, cada um com seu papel de gênero específico, como já foi mencionado. E esta marcação de gênero já se dá na mesa do parto ao se afirmar que a criança que nasceu é menino ou menina.

Crianças interssexuais, ou seja, que nascem com ambas as genitálias, são submetidas a processos violentos de readequação sexual, onde muitas vezes isso é escondido da própria pessoa, mesmo depois de adulta. Butler afirma que “imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses dois gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece” (*Idem*, 2014:162).

Este ser não tem espaço no nosso mundo. São consideradas aberrações que logo devem ser corrigidas. Para Lucas Passos, do Blog Ensaios de Gênero:

“se ele não tem um sexo [*ou tem dois (nota minha)*], decorre daí que no mesmo instante ele também não tem um gênero, logo, essas ausências não o permitem que ele possa alcançar sua humanidade, mas será submetido a testes e processos cirúrgicos na busca do seu sexo/gênero e, portanto, sua humanidade” (PASSOS *apud* Blog Ensaios de Gênero)³.

Voltando à ideia das identidades que escapam, que fogem dos mecanismos fixadores, Butler nos traz que essa coerência e essa continuidade da pessoa são socialmente construídas.

“a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2014:38).

Paul Beatriz Preciado diz que

“o sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica do poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas” (PRECIADO, 2014:22).

³ Referência *in* Blog Ensaios de Gênero, consultado em 02 de dezembro de 2015 (<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/coerencia-e-continuidade-da-pessoa/>).

Assim, é preciso superar o pensamento biologizante de achar que o gênero é instituído de acordo com o sexo que se possui ao nascer. O corpo não deve ser pensado como um meio passivo. Ele é uma construção e vai além da cultura que age sobre ele. Ele é socialmente construído e a relação entre os órgãos sexuais e a conformidade sexo x gênero também o são.

O pensamento de que a Natureza sujeita o ser neste sistema binário leva à ideia de sujeição de um sobre o outro. Assumimos então a dominação imposta pelo contrato social e legitimam-se a heteronormatividade e a padronização de papéis de gênero.

É possível chegar à conclusão, então, de que as práticas sexuais, se forem assim atribuídas aos papéis de gênero masculino e feminino, ambos heterossexuais, também são partes da tecnologia de dominação heterossexual e regulamentam (e controlam) o fazer sexual. Neste processo, temos a criação da diferença sexual, onde o que mais importa é a genitália, como algo isolado de todo o corpo. É preciso enfatizar que o ânus não entra neste esquema e é logo colocado de lado como um órgão não sexual.

A partir daqui pensaremos como se dão estas relações de identidades e sujeitos com o capitalismo. Porém, é preciso entender que não foi o capitalismo que criou a homossexualidade. Ela sempre existiu, enquanto relações interpessoais. Mas nem sempre foi como é hoje colocada.

Em épocas ou civilizações de maior aceitabilidade da homossexualidade, não existia a necessidade de colocar essas identidades enquanto minorias. Elas aparecem de forma dissolvida no conjunto da sexualidade. O caso da Grécia clássica é um exemplo. Assim, não se diferenciava o comportamento homossexual para além de ser um atributo sexual. Assim, “a repressão se dirige diferentemente a objetos diferentes” (DANIEL, 1983: 20).

Herbert Daniel considera ainda que a homossexualidade não é uma diferença sexual.

“A tolerância às minorias faria dissolver a diferença? (...) evidencia-se que a homossexualidade não é uma qualificação de certos indivíduos (como o é a diferença de idade). Não sendo um comportamento sexual que caracterize alguns indivíduos, é, em certas sociedades, uma variante socialmente definida dos seres humanos” (*Idem*, 19).

Assim, a homossexualidade é uma diferença social. E é esta variante sexual que vai ser usada como critério para categorização social. E é no capitalismo que a repressão a esta prática se torna mais específica e instrumentalizada.

Com a afirmação do capitalismo como modo de produção e vida em sociedade, a família dita tradicional, formada por um homem e uma mulher e sua prole, é eleita como a única e verdadeira. Negam-se outras formações familiares reafirmando o binarismo de gênero e legitimando uma moral heterossexual.

E é a partir da imposição da ordem sexual burguesa, amparada no capitalismo pela ciência e religião, que esta diferença sexual vai ser submetida ao constrangimento e ao controle social. Vale registrar que esta ordem sexual burguesa vai se impor a todo tipo de sexualidade, considerada um vício ou decadência, criminalizando suas práticas.

Com isso o controle e o combate à homossexualidade passam a ser centrais para assegurar a ordem social. Toda produção simbólica dissonante da ordem heterossexista e patriarcal passa a sofrer perseguições. A homofobia, termo recentemente criado, pode ser entendida como o processo onde um sistema criador de símbolos dissidentes é combatido.

“Historiadores que se dedicam ao estudo da posição da família na sociedade e das funções a estas atribuídas, indicam que no período entre os séc. XVI à XIX, a família passa por diversas mudanças rumo a consolidação do modelo de família burguesa, que permaneceria como modelo ideal influenciador das relações humanas até os dias de hoje. Isto porque, anteriormente a esse período, a família enquanto um espaço privado de socialização, em oposição ao espaço público, praticamente não existia. Desde o formato das casas, que não possuíam cômodos vetados ao acesso de pessoas exteriores ao ambiente familiar, ou mesmo que não garantia a 'intimidade' – essa invenção da modernidade – de seus integrantes, as evidências históricas indicam: a sociabilidade não era vivida no interior da família, a educação infantil não era delegada prioritariamente aos pais biológicos, a família não era considerada um 'átomo' da sociedade, com funções delimitadas e importância ímpar para seu funcionamento. (...) A sociabilidade e até mesmo a sexualidade eram vividas fora da família.” (SANTOS, 2013:112)

Neste contexto, o combate à dissidência moral ligada à sexualidade era responsabilidade da religião e da igreja. Com a consolidação da burguesia através das revoluções burguesas, a importância da família enquanto instituição cresce, já que o capitalismo vai buscar nelas o alicerce, junto ao Estado e à igreja, da propriedade privada. É possível então notar a íntima relação entre o sentimento de família e o sentimento de classe.

Como dito anteriormente, é neste momento que a ciência vai corroborar com o discurso do masculino e feminino, base do patriarcado, onde cada um tem seu papel a cumprir, criando mais uma ferramenta de controle sobre os corpos e sexualidades, tentando compreender o que seriam estes desvios à norma e patologizando-as.

“(...) a divisão binária de gêneros e o desejo heterossexual são dispositivos de reprodução da ordem social, não somente da reprodução biológica da espécie humana. Daí a visão da homofobia como uma ‘guardiã das fronteiras tanto sexuais (hetero/homo) como de gênero (masculino/feminino)’”. (BORRILLO, 2012: 49)

No âmbito jurídico, o Estado definiu os papéis sociais de cada um dos dois gêneros, mesmo dentro da família, garantindo ao homem sua posição superior de patriarca. A este cabia o papel de controlar a vida de todos os membros da família, com grande poder coercivo.

A homossexualidade se coloca, para essa sociedade, como um desvio inaceitável do destino *natural* de homens e mulheres na vigência da família patriarcal: o de constituírem uma família heterossexual, monogâmica, gestora de patrimônio, reprodutora de crianças e valores e marcada pela hierarquia necessária entre os gêneros, bem como do total domínio da vida dos filhos pelos pais.” (SANTOS, 2013:114)

Porém, o capitalismo não consegue extinguir o desejo homossexual. E ainda mais, a partir da categorização social, surgem as organizações sociais. São instituídas então as minorias. Como diz Herbert Daniel, “o homossexual deixa de ser uma das formas de desejo para ser um agrupamento a ser preservado” (DANIEL, 1983: 19).

O capitalismo vai institucionalizar as minorias na medida em que tenta controlá-las através da instrumentalização e especificação. É esta especificação que, no caso dos homossexuais, vai criar a diferença. E é esta diferença que vai colocar em ação a esfera do poder.

É no capitalismo moderno que indivíduos com gêneros e sexualidades dissidentes, a partir da apropriação da sua própria força de trabalho e não mais dependência material da família, conseguirão maiores avanços na tomada de suas próprias vidas, com a capacidade de formações familiares não mais lidas dentro da ordem heteronormativa patriarcal.

Essa abertura que o capitalismo traz às novas formas de agrupamentos sociais, inclusive familiares, apresenta novos espaços de sociabilidade. Estes espaços serão fundamentais nas novas formulações identitárias e também de articulação e resistência por parte dessa população.

Não podemos, entretanto, supor que o capitalismo moderno garantirá livre vivência às múltiplas sexualidades e os diversos gêneros que hoje são reivindicados. Se antes o controle sobre os corpos e sexualidades cabia à igreja e a família, hoje o controle se dá por outros

mecanismos, como médico/psiquiátrico e sua subordinação ao Estado, a LGBTfobia desenfreada de algumas religiões, o mesmo patriarcado e heterossexismo, de antes, e claro, o mercado.

A forma como cada um vai lidar com sua sexualidade (e sua homossexualidade) vai estar ligada a aspectos de sua vida, sua história pessoal, suas vivências. O ser homossexual passa a ser uma ação política.

Ainda que tenhamos desenvolvido conceitos gerais acerca de gênero e sexualidade e como esta esfera do poder se dá no capitalismo, ainda não é possível esgotar o debate. No próximo capítulo nos aprofundaremos na disputa do corpo e seu envolvimento com seus diversos gêneros e sexualidades. Além disso, é preciso pensar a performatividade dos corpos e a disputa ao redor do corpo ideal e como são lidos estes corpos na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2: A Relação Entre Corpos, Poder e Território

Hoje, na contemporaneidade, existe uma preocupação enorme em relação ao cuidado com corpo. A padronização estética corporal via mídia e padrões de beleza são notáveis. A busca, ou imposição, pelo corpo ideal está dada em novelas, comerciais de TV, revistas especializadas e outras mídias.

Conseqüentemente, o reflexo disto é notado em nossa sociedade, onde academias estão sempre lotadas, nas praias, bares ou restaurantes da moda o padrão estético e comportamental geralmente é o mesmo. Clínicas de estética, cirurgias plásticas, clareamentos dentários, regimes. A grande maioria das pessoas não está satisfeita com o próprio corpo.

Em contrapartida, nunca se debateu tanto o assunto, seja na Universidade (pesquisas, palestras, simpósios...), seja nas mídias sociais, mesa de bar, horas de lazer. Ainda não é o suficiente, mas o empoderamento de setores oprimidos da sociedade coloca esses sujeitos em posição de enfrentamento direto aos tais padrões de beleza. Por exemplo, vemos esse enfrentamento no debate acerca do racismo e da aceitação do corpo negro, suas raízes, seus corpos. Outro exemplo: as mulheres que relutam em considerar o modelo único de beleza como sendo o da pessoa branca magra das novelas e passarelas.

A padronização da beleza certa, única, atravessa as lésbicas, gays e bissexuais que fogem do padrão normativo de se portar e vestir. E atinge de forma ainda mais violenta as pessoas travestis, transexuais e transgêneros, que sempre tiveram seus próprios corpos negados, vistos como errados, sujos, promíscuos.

Nietzsche em sua teoria do perspectivismo afirma que “não há fatos, apenas interpretações” (Nietzsche apud MOTA, 2010: 213). Logo, para um mesmo objeto, diferentes interpretações serão possíveis. Inclusive dos corpos e de seu próprio corpo. Ao olharmos para nós mesmos, questões externas influenciarão na leitura que faremos. Reiterando o que já foi dito no capítulo anterior, fatores como a ciência, a igreja, os valores culturais da época e do seu meio.

Influenciado por essas forças externas, os sujeitos se veem na necessidade de assumir certos papéis, comportamentos, padrões, se adequando às normas sociais vigentes, mesmo que

contra sua própria vontade. A medicina corrobora com a ideia do corpo saudável e impõe seu controle sobre os corpos.

Desta forma, Michel Foucault traz ao debate a questão de que todo olhar é uma interpretação do objeto. Somos observadores, mas ao mesmo tempo somos observados. Assim, não existe olhar imparcial, tampouco neutralidade intelectual. Todos os elementos ditos anteriormente e infinitas outras coisas vão influenciar a leitura daquilo que analisamos. As estruturas que constituem as significações que vão importar nas interpretações.

Logo, tudo aquilo que se vê, que se lê, que se toca, enfim, tudo aquilo que percebemos sensorialmente, passa pelo crivo do observador. Ou seja, toda interpretação é uma relação de poder.

“não possuímos uma visão “pura” do nosso próprio corpo, mas somente uma interpretação acerca dele, bem como dos outros corpos. Esta interpretação não é resultado de uma razão ou vontade independente e individual, mas de uma “estrutura” complexa de relações mútuas entre as pessoas e as instituições. Esta estrutura é formada por uma malha de micropoderes, que atravessam nossos corpos, fazendo com que tenhamos determinados desejos, sentimentos e dores. O sujeito não é, definitivamente, dono da sua própria casa” (RODRIGUES, 2003: 122).

Esta estrutura constituída de interpretações gera saberes. Esses saberes são apropriados e usados de diferentes formas pelos sujeitos e instituições. Este poder exercerá sobre os corpos controle e coerção. Assim, na modernidade, o controle dos corpos não se dará apenas na força física. Mas também em saberes racionais e científicos.

Somos levados a pensar então que o poder está nessas interpretações, ou melhor, nos discursos formados a partir dos saberes adquiridos. Foucault vai então dizer que antes o poder estava no sujeito que proferia o discurso, a partir de sua posição social. A “verdade” proferida tinha seu valor a partir da confiabilidade daquele que a disse. Com o tempo, desloca-se a “verdade” do enunciador para o enunciado. Ou seja, é a lógica e racionalidade daquilo que foi dito que importará. Porém, isso é ilusório. A verdade e o poder se retroalimentam. Uma depende do outro e vice-versa.

Mas quando se pensa no poder que essas instituições exercem sobre a vida das pessoas, imaginamos uma distância enorme entre o que é o Estado, a Igreja e demais

instituições e o que é o sujeito uno. Foucault diz que o poder vai se dar de forma muito mais próxima das pessoas, no seu cotidiano.

Este “micropoder” está em todos os indivíduos e se constitui de pequenas práticas repetitivas quase imperceptíveis que com o tempo acabam por adestrar as pessoas e seus corpos. Seria um poder que não se pode evitar, interferindo diretamente na materialidade do corpo. Ele não deriva de um poder maior, como o Estado. Não existe um poder central. Ele é uma malha capilar exercendo influência em todas as pessoas. Mas que ao mesmo tempo é essencial à manutenção do Estado.

Este poder repetitivo, sistemático, exerce um controle moldando o comportamento, discursos, atitudes de cada pessoa em seu cotidiano, criando novos costumes e modelando, controlando o corpo das pessoas. Aqui podemos pensar em como o capital se apropria desses micropoderes ao criar novas mercadorias de adestramento. Exemplo possível é o uso excessivo de cosméticos por pessoas cada vez mais jovens com o objetivo de prevenir futuros problemas estéticos. Corpos adestrados pelo e para o mercado e o consumo.

Porém, ao pensar o poder perpassando por todos os sujeitos, Foucault presume que o poder não é natural de alguém, mas sim uma prática social, que perpassa todas as relações. Segundo ele, o poder opera entre os pares, como o Estado e os cidadãos que reivindicam seus direitos e o fiscalizam, o patrão e seus funcionários que lutam por melhorias nas condições de trabalho etc.

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2006: 8).

Todo esse poder permeando a vida das pessoas em sociedade e individualmente vai gerar um movimento disciplinador. Foucault usa o exemplo das prisões modernas, que não teriam mais a função simplesmente de punir. O objetivo agora é, através de dispositivos disciplinares, reeducar o sujeito desviante para que ele se readeque às normas sociais e passe a ser produtivo.

Esses dispositivos disciplinadores, ou de vigilância, estão presentes também nos hospitais, escolas, forças armadas, indústrias, igreja. Nesta modelagem e controle dos corpos a

normatização estará sempre presente. O objetivo é também encontrar o melhor rendimento de cada corpo, o aumento da produtividade e, conseqüentemente, disciplinar o tempo de cada indivíduo. Para Foucault, um poder unicamente repressor não duraria muito tempo sem as pessoas se rebelarem contra ele. Assim, ao mesmo tempo em que ele controla e reprime, gera corpos mais produtivos.

Esta vigilância invisível, que classifica e normatiza, apropria-se dos saberes racionais e passa também a impressão de algo positivo, como maior eficiência, saúde, conforto. Por isso, a sociedade moderna acaba por enxergá-la como algo positivo. Assim, este movimento disciplinador torna-se interessante para a sociedade burguesa. Segundo Merquior,

“A sociedade burguesa gerou uma obsessão pela norma, desde as ‘escolas normais’ até a manutenção de padrões na produção industrial e a preocupação com as normas gerais de saúde no hospital moderno. A sanção normalizadora e a vigilância hierárquica são particularmente visíveis nos exames. (...) porque neles estão profundamente entrelaçados a necessidade de observar e o direito de punir. Em nenhuma parte a sobreposição do poder e do saber assume tão perfeita visibilidade” (MERQUIOR, 1985: 144).

Toda essa tecnologia do poder, resultado do uso dos saberes e controle dos corpos disciplinados, adestrados, leva à criação do que Foucault chama de “corpos dóceis”.

“Aprender a comportar-se, movimentar-se, ser preciso e ter ritmo. Gestos são fabricados, e sentimentos são produzidos. Este adestramento é resultado da aplicação de técnicas positivas de sujeição baseadas em saberes pedagógicos, médicos, sociológicos, físicos etc. O corpo torna-se útil e eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987: 28).

“Essas técnicas que permitem o controle detalhado das operações do corpo, que realizam a sujeição permanente de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que Foucault chama de ‘disciplinas’. Estas visam à formação de uma relação que torna o corpo humano tanto obediente quanto útil, constituindo uma política de coerções que trabalham sobre o corpo, ‘uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos’. Essa política passa a ter domínio sobre o corpo dos outros, para que operem como se quer, através das técnicas. A disciplina, arte das técnicas para a transformação, tem por alvo os indivíduos em sua singularidade. E o poder de individualização tem como instrumento a vigilância permanente, classificatória, permitindo distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Desta forma, ‘a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (NIEMEYER; KRUSE, 2008, p. 464).

Essa estrutura de poder que impõe padrões comportamentais nos ajuda a entender a formatação dos corpos no âmbito dos seus gêneros, sexos, sexualidades. Foucault chama de “verdade do sexo”. Mas também não podemos esquecer que a padronização/normatização de identidades e sujeitos cria de outro lado os excluídos, aqueles que não se adequam à norma.

“Como uma pedagogia, a pornografia mainstream - por mais que se segmentarize - define um programa sexual repetitivo, baseado numa economia de corpos adequados, aceitáveis segundo os marcos de uma excitação sexual politicamente regulada. Em outras palavras, pode-se dizer que a pornografia, como indústria sexopolítica, define um regime de excitabilidade que não cessa de des-realizar corporalidades e usos subversivos do corpo, ou alocá-los em posições subalternas” (MOMBAÇA *apud* Blog Revista Rosa)⁴.

Essas práticas reguladoras criam identidades coerentes, pois seguem uma “matriz de normas de gêneros coerentes” (BUTLER, 2014: 38). São as pessoas que “se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (*Idem*, 38).

Para Butler,

“Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual” (*Idem*, 38).

A autora vai adiante e chega ao que ela nomeia de “corpos abjetos”. São corpos que não deveriam existir em determinada matriz cultural. São tão desviantes das normas que se tornam totalmente inteligíveis. São corpos com inexistência ontológica.

“A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do “sexo” nem do “gênero”” (*Idem*, 39).

Porém é importante notar que nem todos os corpos desviantes dos padrões normativos podem ser chamados de abjetos. A própria autora considera que existe uma contradição na

⁴ Referência in *Blog Revista Rosa*, consultado em 03 de março de 2016 (<https://medium.com/revista-rosa-5/porno-sob-os-escombros-sobrevivendo-ao-colapso-colonial-4ba7cf57dcbe#.bv9tsmi5a>).

existência de corpos abjetos. Como podemos afirmar a existência de corpos que não existem ou não deveriam existir?

“Não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real” (BUTLER, 2002).

A própria autora tem resistência em dar exemplos de corpos abjetos, creio que por medo de criar estereotipações de populações já marginalizadas. Talvez um exemplo nosso seja a população que é dizimada na atual guerra às drogas. Não sabemos seus nomes, seus gostos, seus anseios. Apenas sabemos que em sua maioria são jovens, negros, pobres.

A escolha da informação que chegará ou não até as pessoas, como, por exemplo, pelos meios de comunicação em massa, é uma forma de se pensar a formação destes corpos abjetos. Para Butler, existe uma produção do abjeto.

Resgatando Herbert Daniel do capítulo anterior, esta institucionalização gera um “agrupamento a ser preservado” (DANIEL, 1983: 19). E como o capitalismo lida com isso? Como já vimos anteriormente, aquilo que o capitalismo não consegue ter o domínio, que não consegue exercer controle, ou ele tenta eliminar, ou transformar em nicho de mercado. Por tratar de corpos abjetos, esta última opção é inviável.

Esses corpos incompreensíveis, impensáveis, indigestos, estão tão à margem que a sociedade os repudia veemente. Apesar da dificuldade de se encontrar exemplos sem estigmatizá-los, é notável o poder do Estado em tentar aniquilá-los. Chacinas recorrentes contra mendigos, crianças em situação de rua, travestis.

Voltando à questão de que nem todos os corpos desviantes são corpos abjetos, é preciso pensar nas identidades que atualmente, principalmente nas grandes cidades, se fortaleceram e conseguiram sair da margem extrema.

“O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 2002).

Ou seja, o que determina essa categorização de abjetos não é seu desvio sexual e de gênero. Ao menos não essencialmente. Creio que o exemplo máximo sejam os gays que

foram cooptados pela indústria cultural e estão se aproveitando dos privilégios criados ao tornarem-se nicho de mercado.

É importante lembrar que existe um claro recorte de classe social neste exemplo. Nem todos conseguem a legitimidade social, justamente por não serem vistos como público potencial. Ainda assim, devemos considerar que mesmo aqueles que estão inseridos na lógica do capital, estão sujeitos a desafetos sociais, como a recusa de direitos.

Gostaria aqui de tratar de um exemplo concreto de como a aceitabilidade de homossexuais varia de acordo com sua normatização diante da sociedade. Chris Crocker ficou famoso em 2011 quando lançou um vídeo no youtube por defender Britney Spears⁵. Na época ele foi alvo de ofensas e injúrias por fugir da norma heterossexista. Ele era lido como um rapaz muito efeminado.

Recentemente ele voltou a figurar nas mídias sociais por ter se tornado um rapaz bonito (leia-se, normativizado). No lugar da sobrelha feita, maquiagem no rosto e sua “feminidade”, vemos um homem de barba, cabelos aparados, dentes brancos, corpo malhado, traços ditos masculinos. O próprio Chris Crocker, em sua página no facebook, questiona se está mais bonito por ter deixado de ser andrógino. Pensando no termo criado por Butler, quais corpos importam?

Por que corpos subversivos nos incomodam tanto? Não estamos prontos pra subversão da ordem. Continuaremos assassinando travestis, transexuais e transgêneros em larga escala e demais desviantes de normas sexuais em média escala. Não estamos prontos para “xerekas satânicas”. A normatização abre espaço para aqueles que estão dispostos a questioná-la. Judith Butler fala que essas normas

“criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2014: 39).

É notável pensar aqui como esses corpos subversivos vão à contracorrente dos corpos dóceis de Foucault. Dessa forma, a sociedade os percebe como contraproducentes, erráticos. É uma maneira de desdocilizar e desutilizar. Desconcertar a lógica sexopolítica hegemônica. É transformar o abjeto em potência.

⁵ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WqSTXuJeTks>. Acesso em 03 de março de 2016.

“Esgotar o colapso colonial é uma questão de sobrevivência. Conduzi-lo a um limite, acelerar suas convulsões, forçá-lo à ruína e desertá-la. Enquanto as cidades camuflam a miséria que produzem, higienizando paisagens, e os corpos só podem ser experimentados em confinamento, percorro trajetórias avessas, confundo a geografia com meus passos trocados, escorrendo, rastejando, vazando pelas brechas. Eu desconfio que há algo fluindo paralelo aos esgotos, em circuito expandido, nas sendas sujas da cidade, e é isso que persigo: a gosma da cidade, resíduo da cidade, a porra contaminada fecundada nos baldios da cidade. Para infeccionar desejos com delírios mutantes; desobedecer regras básicas-higiene, bom senso, civilidade; afundar a “saúde dominante” com gestos à borda - meu sexo público, minha genitália murcha; escavar o pornô sob os escombros; e, pelo prazer da anomalia, ferver o pulso da precariedade” (MOMBAÇA *apud* Blog Revista Rosa).

Se entendermos que existem diversos corpos diferentes, inclusive os abjetos, é preciso analisar qual é o território que estes corpos ocupam nas cidades. Para isso, antes devemos analisar como se configuram as grandes cidades hoje. Uso para efeito de análise as grandes cidades por achar que nelas evidencia-se mais a apropriação dos corpos pelo capital e a transformação dos espaços urbanos em cidade-mercadoria, ou cidade-espetáculo.

Neste ponto, voltamos a focar nos corpos das pessoas LGBTs. Por terem suas vidas tolhidas pelo preconceito e não poderem expressar livremente sua afetividade e identidades de gênero, essas pessoas acabam por se apropriar de determinados espaços urbanos, se submetendo a situações de marginalidade e aprofundando sua invisibilização.

Nas grandes cidades estes espaços acabam por se tornar um circuito comercial. É o caso de São Paulo, onde bairros do centro da cidade, ao entrarem em decadência na década de 70 por conta de políticas urbanas, são apropriadas por esses sujeitos que à época encontravam-se ainda mais na invisibilidade.

O local torna-se espaço de convivência LGBT e passa a abrigar boates, restaurantes, bares, saunas, cinemas, ocupados principalmente por classes populares. Nesta região era mais fácil passar despercebido frente à repressão, criminalização e preconceito. Para alguns, o local de boemia torna-se também local de trabalho, concentrando profissionais do sexo.

A formação de guetos por populações marginalizadas é comum, consequência da opressão a que estão expostas e também por afinidades identitárias. É justamente na guetificação das LGBTs que o capitalismo vai incidir desenvolvendo mercado específico para tal.

Por um lado, a formação desses territórios garante espaço de sociabilidade a esses grupos marginalizados. Por outro, servem de salvo-conduto ao poder público que ignora a falta de políticas públicas voltadas a essas pessoas. Além de criar uma falsa noção de aceitabilidade social às LGBTs. Porém, fora desses espaços o mundo continua hostil e perigoso.

Nos últimos anos tivemos um intenso acirramento de higienização social nos centros de várias cidades brasileiras, num processo de revitalização e moralização, intensificando a especulação imobiliária e encarecendo o espaço. Com isso, perdem-se locais de socialização da comunidade LGBT, vistos como decadentes e imorais.

Na cidade do Rio de Janeiro a guetificação se deu de forma diferente, com pequenos territórios espalhados por bairros do subúrbio, como a rua da boate Papa G, em Madureira, e uma aclamada rua na zona sul da cidade, a Farma de Amoedo, em Ipanema. Rua esta que faz parte do plano da cidade de se mostrar enquanto parceira da causa LGBT e destino mundial do turismo gay.

São nos subúrbios que a violência contra LGBT se dá de forma mais violenta, já que suas práticas são silenciadas pelas mídias, controladas pelas milícias, acobertadas pelo conservadorismo. Na zona sul carioca, o poder de consumo e a normatização dos corpos dos frequentadores apaziguam os ânimos e, na maior parte do tempo, tudo decorre de forma ordenada. Castrada, mas ordenada.

Ao transformar as cidades em cenários, numa lógica em que tudo é, ou pode se tornar mercadoria, cada vez menos os espaços urbanos são aproveitados enquanto espaço de vivência e sociabilidade. Sob as mais diversas justificativas, fecham-se boates e bares. Criminaliza-se com mais frequência a prostituição e se enrijece o controle armado do Estado.

A higienização social que remove os sujeitos indesejáveis cria o vazio urbano, mata a cidade, e também condena e mata os corpos não normativizados.

“Como resistir? A esse corpo-colônia... A essa cidade em colapso... Como resistir? Aos desejos padronizados, às gramáticas sexuais, ao gênero como ideal regulatório... A essa arquitetura distópica, às montanhas de escombros, à duração da ruína... Como resistir? À mutilação biopolítica... Às redes de vigilância que não cessam de nos enquadrar... Como resistir? Quando mesmo as formas de resistência, a esquerda, a contracultura e a vanguarda parecem sitiadas... Como resistir?” (MOMBAÇA *apud* Blog Revista Rosa).

Mas como esses corpos físicos se relacionam com as cidades? Quais são as marcas que estas cidades inscrevem nestes corpos? Para Paola Jacques

“Uma cartografia urbana é um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua existência na cidade, uma espécie de grafia urbana da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta” (JACQUES, 2008).

O afastamento dos múltiplos sujeitos dos espaços da cidade espetáculo transforma as cidades em cenários vazios e sem significados. Perde-se o sentimento de pertencimento ao local. Sem essa vivência cotidiana,

“A cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse “outro corpo urbano” pode surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea” (*Idem*, 2008).

Ao se viver a cidade, o sujeito se molda a ela, e o contrário se faz verdade. Absorvemos aquilo que a cidade tem a nos oferecer. As condições impostas pelo espaço urbano proporcionarão uma maior ou menor interação com os sujeitos. E nesta interação com o espaço urbano e suas múltiplas possibilidades, os sujeitos permitem-se a vivência e criam conexões afetivas com o espaço. E o espaço se moldará de acordo com as experiências ali vivenciadas.

Paola Jacques desenvolve o conceito de corpografia, que seria a ideia do mapeamento dessas interações entre o espaço e o corpo.

“Cada corpo pode acumular diferentes corpografias, resultados das mais diferentes experiências urbanas vividas por cada um. A questão da temporalidade e da intensidade dessas experiências é determinante na sua forma de inscrição” (*Idem*, 2008).

O que foi imaginado e projetado pelos urbanistas é posto em prática pelos usuários das cidades, seus habitantes, transeuntes, passantes. Os projetos cartográficos são então atualizados por essas experimentações. São estes que lhe darão vida e consequência. Essas interações urbanas se dão de diferentes formas com os diferentes sujeitos que a praticam e com os diferentes cenários urbanos, sejam estes quais forem.

É importante notar, que segundo a autora, essas corpografias que moldam os corpos, mas também os espaços, e são fundamentais no processo de resistência à espetacularização na qual se passam diversas grandes cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro.

“Os espaços menos espetaculares da cidade resistem, assim, nesses corpos moldados pela sua experiência, ou seja, resistem nas corpografias resultantes de sua experimentação, uma vez que esses corpos denunciam, por sua simples presença e existência, a domesticação dos espaços mais espetacularizados, sua transformação cenográfica. As relações perceptivas com a cidade, que derivam das experiências sensório-motoras dos espaços não espetaculares, em suas diferentes temporalidades, formariam então um contraponto à visualidade rasa da imagem da cidade-logotipo, da cidade-outdoor de cenários espetacularizados, desencarnados” (*Idem*, 2008).

A partir disso é possível compreender como a vivência dos corpos LGBTs nas cidades ajuda na configuração dessas identidades, principalmente levando em consideração que estas cidades não são pertencentes a esses sujeitos. A resistência desses sujeitos e a luta por espaços de convivência moldam seus corpos e transformam os espaços.

Estes corpos vívidos, ainda que por vezes abjetos, denunciam o caráter excludente das cidades nas suas disciplinas hegemônicas. A espetacularização das cidades empobrece a vivência dos corpos, castra suas ações performativas, segrega diferentes sujeitos.

“O corpo informe que se apresenta a uma plateia insensível, que se expõe em sua fragilidade, que opera rasgos no horizonte e que desenha na cena sua irregularidade, sua imperfeição, sua inadequação, é o corpo que sai do armário para, nesse processo, inscrever sua beleza insuspeitada na hiperrealidade feia da paisagem photoshopada, normalizada, controlada e paranoica” (MOMBAÇA *apud* Blog Revista Rosa).

Pensar estes processos sem considerar o recorte de classes sociais, é ignorar os diferentes atores opressores que recaem sobre as pessoas. Assim como a rua Farme de Amoedo foi transformada pela vivência das pessoas LGBTs que ali frequentam, a repressão do Estado, igreja e outras instituições nas periferias abandonadas em termos de políticas de inclusão pelo poder público, criou sujeitos com diferentes percepções acerca da sua relação com o espaço e seus corpos. Importante frisar que ao colocar a ausência do poder público em determinadas regiões da cidade, não estou reivindicando o controle do Estado sobre o mesmo da forma como se dá hoje, através de ações policiais.

Mas como a inserção desses corpos e sujeitos enquanto nicho de mercado vai lhe garantir direitos? A tão ouvida máxima de que quem paga impostos é “cidadão de bem”

assegura o direito à vida, de livre circulação, direito a afeto e livre expressão de sua sexualidade e gênero? Compreenderemos isso melhor no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A Inserção da Cidadania via Consumo

Quando pensamos o que é ser uma pessoa LGBT em um sistema capitalista que a oprime, e em como esse sistema molda e violenta seu corpo, devemos pensar também em como ela se insere nos espaços de tomada de decisão coletiva e em como sua cidadania é exercida. Considerar que estes sujeitos são simples pessoas passivas de suas próprias histórias, e que não exista uma resistência que de alguma forma questione esse sistema, chega a ser leviandade.

Mas o que é cidadania? Para nos guiar inicialmente, trago a definição encontrada no Wikipédia:

“Cidadania é a prática dos direitos e deveres de um(a) indivíduo (pessoa) em um Estado. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão. Conjunto de direitos, meios, recursos e práticas que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do Governo de seu povo” (WIKIPÉDIA)⁶.

Essa definição é um tanto abstrata, mas é a que costumeiramente é ensinada às pessoas, desde o período escolar. É um entendimento um tanto ufanista e que dá uma impressão reduzida da nossa participação nas tomadas de decisões dos rumos da sociedade. É a falsa ideia de que cumprimos com nossos deveres ao pagarmos nossos impostos e participamos da política ao votarmos nas eleições. Ou, no máximo, creditar a um partido político ou sindicato essa responsabilidade.

Porém, entendemos hoje que o conceito de cidadania é estendido a outros aspectos de nossas vidas. E trataremos aqui de como o consumo é associado à ideia de cidadania e de que forma isto se dá.

Ao entendermos que o consumo, em sua maioria, se dá de forma individual e desigual, podemos compreender que a cidadania acompanha o mesmo pensamento. Essas diferenças no consumo, que em dado momento se pensava serem compensadas pelos valores de igualdade de cidadania, caem por terra na contemporaneidade, principalmente quando as formas tradicionais de se fazer política entram em degradação.

⁶ Referência em *Wikipédia*, consultado em 14 de março de 2016 (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania>).

Com a burocratização da política e o descrédito em suas instituições, o cidadão tende a se afastar das esferas participativas de tomada de decisões, e essa lacuna é ocupada pela ideia de que o consumo de bens e meios de comunicação em massa supre a necessidade na busca de informações e demais demandas, antes ligadas à ideia de cidadania. O consumo cumpre importante papel ao colocar diferenças e, assim, constituir identidades.

E é a partir do fortalecimento da industrialização e do êxodo da população do campo para as cidades, que isso fica mais evidente. O acesso a novos bens de consumo garante melhores padrões de conforto. Com a ascensão de uma nova classe trabalhadora nas cidades e o ingresso de seus descendentes na educação de nível superior, criam-se novas demandas de consumo.

“As lutas de gerações a respeito do necessário e do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença. Vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir. As transformações constantes nas tecnologias de produção, no desenho de objetos, na comunicação mais extensiva ou intensiva, entre sociedades (...) tornam instáveis as identidades fixadas em repertórios de bens exclusivos de uma comunidade étnica ou nacional” (CANCLINI, 1999: 39).

A partir da década de 60 e 70 do século passado, ao mesmo tempo em que cresce o consumo na sociedade, a globalização se fortalece e a variedade de serviços e mercadorias aumenta. Além disso, temos um considerável crescimento das tecnologias de comunicação, aproximando as pessoas.

As identidades, que eram antes então fixadas a partir do nacionalismo (folclore, língua, fronteiras, vínculos históricos, etnias), tornam-se mais fluidas. A busca por diferenciação a partir do consumo torna-o exacerbado e os bens tornam-se obsoletos cada vez mais rapidamente.

A indústria cultural para se tornar global se adapta a linguagens que possam ser assimiladas por sujeitos de diferentes localidades, como os filmes hollywoodianos. Porém ainda existe espaço para os produtos culturais locais, que mostram a realidade vivida pelo povo de forma mais próxima, com problemas locais. Ao mesmo tempo, criam-se produtos homogêneos que conseguem adentrar em diferentes mercados.

“...os intelectuais propiciam a universalização extremando as potencialidades coincidentes de pensamento e gosto em todas as sociedades: de outra, não

teria sido possível a generalização mundial dos microcomputadores e dos cartões de crédito, das roupas Benetton e das bonecas Barbie” (*Idem*, 170).

De qualquer forma, ao adentrar o mercado com os produtos homogeneizados, parte-se para a adaptação às demandas locais, como o jeans adaptado à preferência do brasileiro, ou a diminuição da garrafa de coca-cola para adaptar-se ao mercado espanhol.

Porém, não é apenas eficiência de mercado/comércio que faz as pessoas consumirem mais. E sim o desejo, a cultura, os modos.

“Mas também é preciso examinar o que a globalização, o mercado e o consumo têm de cultura. Nada disso existe ou se transforma a não ser porque os homens se relacionam e constroem significados em sociedade” (*Idem*, 44).

A política não conseguiu dar resposta à globalização e ao aumento do consumo e ao neoliberalismo e suas contradições. Suas instituições caem cada vez mais em descrédito e se afastam cada vez mais da população. A política é engolida pelas regras do mercado e não traz mais respostas.

“Há poucos anos pensava-se o olhar político como uma alternativa. O mercado desacreditou esta atividade de uma maneira curiosa não apenas lutando contra ela, exibindo-se como mais eficaz para organizar as sociedades, mas também devorando-a, submetendo a política às regras do comércio e da publicidade, do espetáculo e da corrupção. É necessário, então, dirigir-se ao núcleo daquilo que na política é relação social: o exercício da cidadania” (*Idem*, 44).

Porém, Canclini nos lembra que tanto o ato de consumir não deve ser encarado enquanto irracional, como a prática da cidadania também não tem a ver necessariamente com uma racionalidade ideológica. O consumo não deve ser pensado apenas como o desejo do indivíduo causado pelo marketing. E a atuação política também não pode ser vista como convicções ideológicas individuais e a luz da razão.

Assim, a cidadania não diz respeito apenas aos direitos e deveres dos cidadãos em suas relações sociais e para com o Estado. É preciso considerar também “as práticas sociais e culturais [que] dão sentido de pertencimento, e [que] façam com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (*Idem*, 46).

E o autor vai além. Para ele, é essencial que as minorias sejam consideradas de forma a legitimar suas práticas e culturas. Ser cidadão não é apenas ter seus direitos reconhecidos pelo Estado.

“Compartilho o interesse em abrir a noção estatizante de cidadania a essa diversidade multicultural, mas (...) penso que a afirmação da diferença deve estar unida a uma luta pela reforma do Estado, não apenas para que aceite o desenvolvimento autônomo de “comunidades” diversas mas também para assegurar iguais possibilidades de acesso aos bens da globalização” (*Idem*, 46)

Desta forma, em alguns países da América Latina, movimentos sociais estão pautando o direito à diferença. É a busca por garantias de direitos específicos a populações com demandas diferentes. No Brasil, é notável a constituição de leis específicas para mulheres, indígenas, negros e negras e, mais recentemente, LGBTs.

Importante frisar que, para muitos juristas, esta noção de cidadania concede privilégios àqueles atendidos por ela. Porém,

“mais do que como valores abstratos, os direitos são importantes como algo que se constrói e muda com as práticas e discursos. A cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; indicam, além disso, o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de ‘interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas’. Os direitos são reconceitualizados como ‘princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente consentida (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um’” (*Idem*, 46).

Já que existe uma insatisfação e as pessoas não se sentem contempladas com a cidadania nos marcos políticos e jurídicos, Canclini afirma que vai existir a defesa de outros tipos de cidadania, como a cultural, racial, de gênero, sexual etc. E com isso, também o mercado vai ser apropriado dessas diferentes demandas, criando diferentes produtos.

Karl Marx no final da sua vida vai criar o conceito de “fetiche da mercadoria”. Esse fenômeno refere-se ao fato de que uma mercadoria, ou manufatura, quando acabada, não mantém o valor real de venda de acordo com a matéria prima e mão de obra utilizada na confecção. Para ele, a valoração da mercadoria finalizada posta em venda era irreal e infundada. É como se a mercadoria tivesse vida própria e não mais uma relação com o trabalho de produzi-la.

O produto, seja ele material ou não, ganha outras dimensões e passa a ter um valor simbólico para aquele que o compra. Este valor escapa da lógica político-econômica clássica de mercadoria. O mesmo produto tem diferentes valores simbólicos de acordo com a apropriação feita pelos indivíduos, levando em consideração suas significações e signos. Estes produtos ganham utilidades além de sua equivalência objetiva em relação a outras mercadorias.

O lugar onde quero chegar é que as pessoas LGBTs, enquanto agrupamento social oprimido, que têm seus corpos subjugados e moldados de acordo com suas vivências, vão atribuir valor de forma diferente à mesma mercadoria que pessoas não LGBTs.

Se antes do movimento LGBT começar a se organizar da forma como conhecemos hoje, por volta do final da década de 60, início da década de 70, este era invisibilizado e não tinha suas demandas atendidas, hoje passa a ser visto como nicho de mercado. Passa a ser desejado enquanto consumidor, amparado por pesquisas que apontam o poder aquisitivo destes. Pesquisas perniciosas que não abrangem a totalidade das identidades não heteronormativas.

Esta apropriação de sua subjetividade pelo mercado só vai reforçar o controle das identidades pelo capitalismo. Ao analisarmos quem está inserido no nicho que tem poder real de compra, constataremos que são pessoas brancas, em geral, homens, que, apesar de sua sexualidade dissidente, possuem comportamentos normatizados.

Aqui gostaria de trazer um exemplo de como o mercado se apropria de identidades LGBTs de forma normativa. Para tanto, analisarei a campanha publicitária do dia dos namorados de O Boticário no ano de 2015. Na peça publicitária veiculada amplamente na televisão aberta, três pessoas vão às lojas da perfumaria para comprar presentes para seus companheiros. Um casal gay. Um casal lésbico. Um casal heterossexual.

A propaganda, que teve ampla repercussão nas redes sociais e demais meios de comunicação, mostra três casais formados por pessoas brancas, aparentemente de classe média alta ou alta, totalmente de acordo com as normas heterossexistas de se portar e vestir, mais velhas e com uma vida socialmente estável.

A campanha não deixa de ser inovadora ao colocar o nome de uma grande companhia vinculada à homoafetividade. E justamente por isso sofreu duras críticas e ameaças de

boicote. Em sua página no Facebook recebeu inúmeras manifestações de internautas, tanto contra, quanto a favor. Neste sentido, foi muito positivo o fato de ter gerado grande comoção e atenção à pauta das pessoas LGBTs.

Mas, considerando que representatividade é importante, ela peca ao heteronormatizar as relações afetivas homossexuais de forma a ser muito comparável ao padrão heterossexual e da família tradicional burguesa. Corroborando com este padrão, mantém na invisibilidade a grande maioria das pessoas com sexualidade dissidente à heterossexual. Ou seja, essas pessoas que já estão em posição de privilégio perante a comunidade LGBT que sentirão sua ascensão a cidadania pela via do consumo. Importante colocar que não estou ignorando o fato de que pessoas LGBTs não enquadradas na descrição acima também se mostram enquanto público potencial e que esporadicamente se inserem neste mercado.

A inserção no mercado de consumo é feita de forma desigual, não garantindo a todos a plena participação. A ampliação dos meios de comunicação e as novas mídias, principalmente através da internet e suas redes sociais, torna-se importante ferramenta de inclusão. Essas redes de comunicação possibilitam grande troca de informações, sendo um potencial espaço de emancipação dos sujeitos e também de participar mais ativamente na vida pública.

“Não foram tanto as revoluções sociais, nem o estudo das culturas populares, nem a sensibilidade excepcional de alguns movimentos alternativos na política e na arte, quanto o crescimento vertiginoso das tecnologias audiovisuais de comunicação, o que tornou patente como vinha mudando desde o século passado o desenvolvimento do público e o exercício da cidadania. Mas estes meios eletrônicos que fizeram irromper as massas populares na esfera pública foram deslocando o desempenho da cidadania em direção a práticas de consumo. Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção” (*Idem*, 50).

Mesmo essas novas tecnologias da comunicação não têm o poder de suprir toda demanda cidadã de uma pessoa. Porém, por ser ágil, dar respostas rápidas, fazer as pessoas se sentirem assistidas, cumprem um importante papel nesta lacuna onde o Estado não está presente.

A internet hoje permite reunir de forma dinâmica diferentes sujeitos que se identificam por motivos diversos, seja cultural, étnico, sexual, por gênero, entre outros, possibilitando-os

se organizarem e pautarem suas demandas, numa troca de informações, experiências e até mesmo afeto.

Com isso, a internet confere a esses sujeitos visibilidade, dando-lhes um espaço de expressão que nunca antes puderam experimentar, inclusive de forma mais segura para setores oprimidos e perseguidos da sociedade. Assim, essas pessoas usufruem de um aumento de sua dignidade, sentem-se mais incluídas na vida social e mais inseridas na ideia de uma vida cidadã.

Estes sujeitos conectados pelas novas mídias sociais garantem trocas a níveis globais e, dada a rapidez do intercâmbio de informações, aumentam a velocidade de resposta e organização para responder a problemas tanto a nível local, quanto a nível global.

Gostaria agora de trabalhar com outro exemplo, demonstrando a capacidade de organização via redes sociais de grupos oprimidos. Em 2015, funcionários do bar Durangos, em Botafogo, agrediram, inclusive fisicamente, uma mulher trans e um homem gay no estabelecimento. Também neste mesmo ano, em Ipanema, um casal de mulheres lésbicas foi gravemente atacado por clientes do Bar 20.

Ambos os casos geraram comoção e revolta na internet e conseguiram mobilizar atos contra os estabelecimentos e em busca de respostas, tanto de seus proprietários, quanto do Estado. Estes atos tiveram grande repercussão nos movimentos sociais LGBTs organizados e no meio universitário.

Os dois casos ocorreram na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e os atos foram compostos majoritariamente por pessoas universitárias. Mas, ainda que as vítimas não possam ser enquadradas nos padrões heteronormativos, elas possuíam capital cultural suficiente para exigir respostas via institucionalidade do Estado.

Vemos que esta cidadania proporcionada via novos meios de comunicação atingiu, em sua maioria, pessoas com elevado grau de ensino formal e com acesso aos meios tradicionais de se organizar social e politicamente. Apesar do fato de que metade dos domicílios brasileiros está conectado, e de que 47% das pessoas maiores de 10 anos tem acesso à internet via celular no Brasil, esta cidadania ainda é muito desigual.

Enquanto 47% da população da classe C, e 69 e 70% das classes B e A, respectivamente, tem acesso à internet via celular, nas classes D e E este número é de apenas 18% e 14% nas casas⁷. Novamente, assim como no exemplo de O Boticário, o acesso à cidadania via consumo se dá para aqueles que não são os mais necessitados.

As pessoas marginalizadas, pobres, periféricas, continuam longe do acesso ao consumo para além da subexistência. A história nos mostra que salvaguardar o capitalismo e esperar a disputa de outro projeto de sociedade dentro deste e/ou via institucionalidade não vai fazer o Estado ser mais democrático e justo com os setores oprimidos da sociedade.

A emancipação dos diferentes sujeitos só se dará quando o controle do capitalismo sobre seus corpos e desejos acabar e as pessoas tiverem condições materiais. Só assim será possível ascender socialmente e ter real acesso à cidadania, estando presente nas esferas de decisões coletivas e tendo representatividade politicamente.

⁷ Referência do site do Ministério das Comunicações, consultado em 16 de março de 2016 (<http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/telecomunicacoes/36987-classes-c-d-e-e-veem-salto-no-acesso-a-internet-pelo-celular>).

CONCLUSÃO

Estamos vivendo no atual momento uma crise econômica mundial que se arrasta desde 2008 e que levou à falência importantes instituições financeiras, base do sistema capitalista. Esse tremor desencadeou um aumento significativo no desemprego em países antes considerados estáveis, como os Estados Unidos e na Europa. Desencadeou também diversas revoltas ao redor do mundo, como a Primavera Árabe e os movimentos *Occupy*. No Brasil vivemos as jornadas de junho e o crescimento das manifestações em massa e ocupação das ruas.

Este cenário nos mostra um acirramento da luta de classes. Os poderosos, detentores das grandes fortunas e no topo da pirâmide social conseguiram junto ao Estado a manutenção de seus status. Como é costumeiro no capitalismo, a crise serviu para fortalecer estes setores e a concentrar a riqueza na mão de poucos. De certa forma, as crises cíclicas do capital ajudam a separar o joio do trigo. De um lado, aqueles que estavam preparados para sofrer um abalo e depois se levantar ainda mais fortes. De outro, os que sucumbiram e deram espaço para o fortalecimento dos primeiros.

Enquanto isso, na base da pirâmide, a classe trabalhadora sofre com a agenda liberal de corte de gastos e arrocho financeiro. Diminuem-se os gastos nas áreas sociais, como saúde e educação. Aumentam-se os juros e diminui-se a oferta de crédito aos pequenos produtores. A inflação derruba o poder de compra das classes mais pobres, afetando consideravelmente sua qualidade de vida, incidindo com força nos gastos com a alimentação.

Esta crise, a princípio de caráter financeiro, se transforma também em crise econômica. O governo do PT, ainda em 2002, com o presidente Lula recém-eleito, lança a Carta ao Povo Brasileiro, que poderia ser vista como Carta aos Banqueiros Mundiais, que determina três setores da economia que seriam tratados com prioridade: o agronegócio, as empreiteiras e o setor econômico.

Toda a política então tocada nada tem a ver com um governo com pretensões à esquerda. Se de um lado incentiva o consumo a partir da distribuição de renda via programas sociais como o Bolsa Família e aumento do salário mínimo, de outro fomenta a concentração da economia com monopólios e cartelização. Se de um lado expande as universidades federais,

de outro transfere grande quantidade de recursos às empresas privadas de educação. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi uma política que fortaleceu e muito as quatro maiores empreiteiras do país.

Já no governo Dilma, no seu primeiro ano de mandato é feito um corte na ordem de 50 bilhões de reais de gastos em áreas sociais. Porém, as instituições financeiras continuam batendo recordes de lucro ano após ano. Com o seu pacote de austeridade para segurar a crise financeira e dar resposta a estes setores, anuncia cortes de direitos da classe trabalhadora. Tenta a todo custo dar respostas ao mercado financeiro na tentativa de acalmá-lo.

Na busca pela governabilidade, se alia a diversos partidos antes vistos enquanto adversários. Cede na política e abandona de vez qualquer tentativa de ter um governo com um caráter de esquerda.

Setores oprimidos da sociedade, como LGBTs e mulheres, que haviam alcançado certo patamar de organização e angariado alguns ganhos para suas causas, começam a incomodar a direita conservadora. Temos um recrudescimento no que tange a essas pautas. Na busca pela manutenção do governo, locais institucionais estratégicos na luta desses setores são barganhados com a ultradireita, com os fundamentalistas religiosos, com a bancada da bala e a bancada ruralista.

A direita ganha força e não se intimida em sair do armário. Bolsonaros e Felicianos gritam a quem quiser ouvir suas injúrias racistas, machistas e LGBTfóbicas. Legitima-se assim o ódio. Encorajam-se os antes acovardados diante da organização dos setores oprimidos a atacá-los.

Vivemos um tempo onde questionar o que é uma família e impor um modelo patriarcal heteronormativo não é considerado tão absurdo assim. Onde o caráter social da família e o cuidado de seus membros é um horizonte cada vez mais distante. Um tempo onde o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas é tolhido. Vivemos no país que comete mais da metade dos assassinatos de todo mundo de pessoas LGBTs e quase nada é feito ou denunciado.

Estamos vendo nas ruas pessoas clamando pela volta à ditadura. As Comissões da Verdade em todo o Brasil, importante política implantada pelo governo petista, têm apontado a violência deste regime contra a população LGBT. Existiam ordens claras de perseguição a essas pessoas, numa política de higienização das ruas, que previa o aprisionamento de

mendigos, desocupados, assaltantes, traficantes, travestis e homossexuais. Era uma política de estado!

O enfraquecimento da esquerda e do sentimento anticapitalista só fortalece esse setor. Precisamos reafirmar cada vez mais que a vida vale mais do que os lucros. São tempos de reafirmar o óbvio. De lutar pelo não retrocesso. De ocupar todos os espaços com nossos corpos desviantes, com nossos gêneros indigestos, com nossas sexualidades incompreendidas. Temos de ocupar todos os espaços até que não restem mais dúvidas de que não abriremos mão de nossas vidas e de nossos gostos e desejos e tesões e até mesmo de nossas vaidades. Não se trata de um desvio pequeno-burguês. Trata-se da autonomia dos corpos. Autonomia dos sujeitos. Autonomia do livre ser e livre amar.

A saída é à esquerda. A resposta é a revolução. O objetivo é o socialismo.

BIBLIOGRAFIA

BORRILLO, Daniel. “Homofobia: história e crítica de um preconceito”. APUD: FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. “O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia”. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. n. 12, dez. 2012. p. 49.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BUTLER, J. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. [janeiro de 2002]. Florianópolis: *Rev. Estud. Fem. vol.10 no.1*. Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2014.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009 p. 102-72.

JACQUES, Paola Berenstein. “Corpografias urbanas”. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 093.07, *Vitruvius*, fev. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em 04 de maio de 2016.

MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MOTA, Thiago. “Nietzsche e as perspectivas do perspectivismo”. *Cadernos Nietzsche*, n 27, 2010, p. 213-237.

NIEMEYER, F; KRUSE, M. H. L. “Constituindo sujeitos anoréxicos: discursos da revista Capricho”. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 3, set. 2008, p. 457-65.

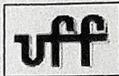
RODRIGUES, Sérgio Murilo. “A Relação entre o Corpo e o Poder em Michel Foucault”. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 109-124, jun. 2003.

SANTOS, A. R. B.; SILVA H. K. C. “Identidade LGBT e Capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate”. *XV Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR*. p. 106-131, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009 p. 7-72.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 31/03/2016

Eu, **EDUARDO GLASSER DA MOTTA**, CPF 361.153.518-47, formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada “**CONFIGURAÇÕES DAS IDENTIDADES LGBT’s E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA DO CONSUMO E O CAPITALISMO**” defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

EDUARDO GLASSER DA MOTTA